

## Dia-a-dia

---

### 04.06

#### Governo admite liberalizar o Superior

Dentro de três anos o sector do ensino superior público poderá ser liberalizado, caso seja essa a vontade dos reitores e presidentes dos politécnicos. O mesmo é dizer que para além da definição das propinas, seriam as instituições a definir - sem uma intervenção reguladora do Estado - o número de vagas disponíveis em cada curso.

### 05.06

#### Agravamento recorde do desemprego atinge 7,3 por cento

Portugal é o país da União Europeia que registou a maior taxa de desemprego, que já atinge 7,3 por cento no mês de Abril, segundo números publicados pelo Eurostat, voltando a ser a economia com o pior desempenho neste indicador. De acordo como Eurostat, a proporção dos desempregados manteve-se em 8,8 por cento, enquanto que na União Europeia a taxa piorou 1 ponto, até aos 8,1%, o que em termos absolutos representa 12,4 milhões e 14,3 milhões de pessoas sem trabalho, respectivamente.

### 07.06

#### Contratação colectiva em queda

O número de contratos colectivos de trabalho celebrados em Portugal diminuiu 4,5% entre 2001 e 2002. De acordo com o estudo sobre as relações laborais elaborado pelo Observatório Europeu das Relações Industriais Europeias (Firo), a quantidade de acordos negociados ou renegociados em 2002 foram 337, contra 353 verificados no ano anterior.

### 10.06

#### Livros de graça

O Ministério da Educação vai passar a exigir a devolução dos livros escolares emprestados aos alunos carenciados para que possam servir para outros estudantes. O sistema vai entrar em vigor já a partir de Setembro.

### 12.06

#### 46 mil sem infância

Em Portugal, há 46 717 menores a trabalhar, sendo que apenas 6716 o fazem por conta de outrem. Os restantes estão envolvidos em actividades familiares, estando 86,2% do total simultaneamente a estudar. Dados do Ministério da Segurança Social e do Trabalho referentes a 2001 mostram que as regiões Centro e Norte concentram 83,7% dos casos de Trabalho Infantil (TI).

### 13.06

#### Propinas podem ser inconstitucionais

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) Adriano Pimpão desafiou, ontem, os deputados a solicitar um pedido de esclarecimento sobre a constitucionalidade do aumento das propinas, já que a lei fundamental prevê ensino tendencialmente gratuito. «Por mais voltas que dermos o valor nunca pode ser a subir, porque gratuito é grátis», acrescentou.

### 14.06

#### Lojas na Universidade

A universidade do Porto será a primeira portuguesa a potenciar a sua marca e identidade através do

«merchandising», inspirando-se no modelo da sua congénere de Barcelona. Depois do Verão, vai abrir uma loja permanente no seu edifício central e utilizar um quiosque desmontável para percorrer as suas faculdades, em que venderá publicações, artigos académicos e uma vasta gama de acessórios, desde canecas a cachecóis.

#### **15.06**

Escolas contra imposição de agrupamentos verticais

A constituição de agrupamentos verticais, que reúne estabelecimentos do pré-escolar ao 3.º ciclo, está a pôr as escolas do ensino básico do Grande Porto em pé de guerra. Os professores contestam a tentativa de imposição da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), que vai obrigar também os pais a deslocarem-se a escolas à distância de quilómetros em relação aos estabelecimentos frequentados pelos filhos, quando quiserem tratar de algum assunto.

#### **17.06**

Portugal e Reino Unido lideram baixa frequência

Portugal e o Reino Unido tiveram no ano lectivo de 2000/2001 a taxa mais baixa de permanência de jovens com 18 anos no sistema educativo de toda a União Europeia, segundo um estudo do gabinete de estatísticas Eurostat ontem divulgado. O estudo - que se centra nos 15 estados membros, nos dez países que vão entrar para União no próximo ano e ainda em quatro candidatos (Islândia, Noruega, Albânia e Macedónia) - indica que a média europeia de jovens com 18 anos no sistema educativo era em 2000/2001 de 71 %, enquanto em Portugal se situava nos 66% e no Reino Unido nos 55%.

#### **17.06**

Reforma do Ensino Superior: menos vagas, mais propinas

A proposta de lei de financiamento do ensino superior continua a causar divisão entre vários intervenientes. O ministro da Ciência e Ensino Superior, Pedro Lynce, decidiu que o montante das propinas será definido no intervalo entre 463,5 euros e 770 euros, o que representa um aumento de entre 30% a 160% em relação à propina actual.

#### **17.06**

Privados aceitam alunos com notas entre 0 e 1 valores

As instituições de ensino superior já determinaram as classificações mínimas exigidas para acesso aos seus cursos e, uma vez mais, a tendência repete-se: universidades e politécnicos públicos mais exigentes; escolas privadas a pedirem muito menos dos seus potenciais alunos. A tal ponto que um em cada três estabelecimentos do subsistema particular e cooperativo fixa como nota mínima nas provas de ingresso não mais do que 1 valor (numa escala de 0 a 20).